

BALANÇA COMERCIAL DO AGRONEGÓCIO E A QUESTÃO FUNDIÁRIA

Área Especial 02 :Economia
Agrária e Meio Ambiente
Submissão para: Sessão Ordinária

Autores : **Newton Narciso Gomes Junior**: economista, professor Adjunto UnB, professor do corpo permanente do Programa de Pós Graduação em Política Social PPGPS/SER/UnB, Coordenador e pesquisador do Núcleo de Estudos Agrários, Desenvolvimento e Segurança Alimentar NEADS/ UnB/CNPQ. swnewtongomes@gmail.com

Raimundo Pires Silva, Engenheiro Agrônomo, mestre em Desenvolvimento Econômico pela UNICAMP, consultor do MDS e pesquisador do Núcleo de Estudos Agrários, Desenvolvimento e Segurança Alimentar NEADS/UnB/CNPQ,; raimundo.bombril@gmail.com

BALANÇA COMERCIAL DO AGRONEGÓCIO E A QUESTÃO FUNDIÁRIA

Resumo: O presente ensaio busca discutir a opção do governo brasileiro pelo fortalecimento da agricultura de exportação como uma dos sustentáculos da sua estratégia de desenvolvimento e os impactos dessa orientação sobre as demandas de superação da questão agrária brasileira marcada pela forte concentração da propriedade da terra, pobreza rural e ameaça à soberania alimentar.

Com esse propósito argumenta-se que o modelo de inserção externa primário-exportador de commodities agrícolas apropriou-se da renda terra e da produtividade do ambiente rural, desembocando numa estratégia de desenvolvimento subordinado e associado, se mantendo dentro dos marcos da dependência e do subdesenvolvimento, sem solucionar os graves problemas no campo e seus impactos negativos sobre a vida das pessoas.

Palavras Chaves: Balança Comercial, Commodities Agrícolas, Questão Agrária,

Abstract: This essay pretend to discuss the option of brazilian government by choice of export agriculture like one of component of national developing strategic and the impacts of this decision over the social demands over our agrarian question identified by strong contrasts : land concentration, rural poverty and treats of food sovereignty.

With this intention, we argue that model of insertion in export primary model has appropriated of land rent and productivity of field integrating one strategy of underdevelopment and dependency and to ignoring the dramatic situation in Brazilian countryside and the impacts in the life of people

Key words: Trade Balance, Agrarian Question, Agrarian Reform

BALANÇA COMERCIAL DO AGRONEGÓCIO E A QUESTÃO FUNDIÁRIA

Introdução

A última década, em um contexto internacional favorável, de protagonismo do capital financeiro, de alta demanda por recursos naturais e *commodities* agrícolas (das quais o país é grande produtor), foi um período de expansão da base primário exportadora na economia brasileira. É um período que reforça o agronegócio na economia nacional

O ajuste econômico do país em função dos efeitos da crise financeira mundial reforçou a inserção no mercado externo de certos produtos agrícolas, e a renda fundiária se posicionou como filão da acumulação de capital no conjunto do sistema econômico nacional, e não mais somente do setor agrário (Delgado 2012).

Em síntese, a condição da expansão da economia brasileira está vinculada a inserção externa dependente do mercado de *commodities*, que segundo Delgado (2010, pag. 124):

(...) caracterizam um estilo típico do subdesenvolvimento, que se repõe em pleno século XXI e do qual o pacto do agronegócio é parte integrante de peso. Mas a caracterização dessa questão agrária é mais geral e mais profunda. Integra a essência do projeto nacional de e requer um enfrentamento dentro e fora do modelo agrícola hegemônico.

No presente ensaio se pretende expor que a sujeição paciente ao agronegócio¹ ratifica o problema agrário nacional. Nestes termos, faz-se primeiro um percurso sobre a especialização externa primário-exportadora do agronegócio para em seguida tecer o eixo cognitivo da estrutura agrária. A síntese foi realizada a partir da revisão bibliográfica de parte da produção acadêmica sobre os temas; como também utilizou os dados empíricos, estatísticos e as informações disponibilizadas por instituições oficiais e de pesquisa acadêmica.

¹ Convém destacar a abordagem, por ora adotada, sobre agronegócio: associação do grande capital industrial com a grande propriedade fundiária, e essa associação se realiza sob a estratégia do capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, com o patrocínio de políticas do Estado. Segundo Delgado, 2012 e 1985.

Especialização exportadora do agronegócio e seus reflexos

Em 2012, o MAPA/SRI² (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio) informava que as exportações brasileiras do agronegócio atingiram o montante recorde da série histórica anual com US\$ 95,81 bilhões, tendo uma expansão de 0,9% (+ US\$ 846 milhões) em relação a 2011, quando as exportações foram de US\$ 94,97 bilhões. As importações, por sua vez, atingiram US\$ 16,41 bilhões, 6,2% inferior a 2011, portanto, o saldo da balança comercial do agronegócio foi de US\$ 79,41 bilhões.

Dos produtos agrícolas exportados, sete deles contribuíram fortemente em termos de incremento do valor absoluto. Foram eles: milho, soja em grãos, farelo de soja, álcool, algodão, carne bovina e fumo. Estes produtos, em conjunto, tiveram incremento de venda de US\$ 6,56 bilhões, tendo, no geral, forte expansão do quantum exportado enquanto o preço médio de exportação recuou significativamente.

A Ásia merece destaque como a região que teve maior aumento nas compras (+11,7%) e, em consequência, maior elevação de participação, passando de 32,3% para 35,7% no total adquirido, uma elevação de 3,4 pontos percentuais. A soma da participação da Ásia com a União Europeia, os dois principais importadores, ficou em 59,1%, demonstrando uma elevação da concentração nas vendas, uma vez que no ano de 2011 os dois principais mercados tiveram participação conjunta de 57,4%.

Em 2011, o Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio brasileiro estimado pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA)³, da ESALQ/USP, avançou 5,73% (a preços reais), totalizando R\$ 942 bilhões (em reais de 2011, ou seja, descontada a inflação), a economia como um todo se expandiu 2,7%, indo para R\$ 4,143 trilhões, segundo o IBGE. Com isso, a participação do agronegócio no PIB nacional aumentou de 21,78% em 2010 para 22,74% em 2011⁴.

Graças ao agronegócio, a balança comercial total do Brasil manteve-se superavitária em 2011, em US\$ 30 bilhões. Com isso, o País acumulou reservas internacionais acima de US\$ 300 bilhões nesse período. Os preços em dólares recebidos pelos exportadores do agronegócio brasileiro têm crescido continuamente desde o ano 2000 e apresentou pico de valorização em 2012, com valor 125,8% superior ao de 2000.

² Disponível em <http://www.agricultura.gov.br>.

³ CEPEA/ESALQ define o Produto Interno Bruto (PIB) como o valor da produção de bens e serviços finais, deduzindo-se o consumo intermediário. O cálculo do PIB da agropecuária e do agronegócio é feito pela ótica do valor adicionado, a preços de mercado, computando-se os impostos indiretos líquidos de subsídios e deduzindo-se a dummy financeira. Disponível em <http://www.cepea.esalq.usp.br/>.

⁴ Disponível em <http://www.cepea.esalq.usp.br/>.

Com superávit comercial de US\$ 20,8 bilhões de janeiro a abril (2012) e US\$ 77,95 bilhões em 12 meses, o agronegócio continuou a ser o principal fator de segurança do setor externo⁵.

Para o Presidente do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) Sr. Luciano Coutinho⁶, o agronegócio representa 22% do PIB e tem sido o grande esteio da estabilidade econômica brasileira. Para Coutinho é o agronegócio que tem garantido um superávit comercial, assegurando um nível de reservas internacionais, as quais vêm ajudando a blindar nossa economia contra as crises internacionais.

Os dados acima mostram que na última década a opção primário-exportadora via agronegócio trouxe resultados relevantes para a economia nacional. Mas quais foram as consequências alimentar e fundiária, aspectos relevantes da questão agrária brasileira, e que serão abordados a seguir.

Esta expansão de exportação de produtos primários na economia suscita aspectos relevantes preocupações sobre a tendência de queda da participação da indústria no PIB e o impacto sobre a produção de alimentos, consequentemente, no preço desses.

O Brasil apesar de ter um setor industrial importante vem experimentando redução deste na composição do PIB.

Para Delgado (2012) essa especialização primária no comércio internacional se dá com paralela e evidente perda de participação da maioria dos ramos manufatureiros, e como em geral a economia dos serviços pouco exporta, recai todo o peso do ajuste das transações externas sobre o setor primário.

Em síntese, significa que a terra está sendo convertida em “commodities”, com o fomento de políticas públicas, a custos sociais elevadíssimos que são socializados economicamente entre todos, enquanto os benefícios apropriados pelos proprietários da riqueza.

Na economia alimentar o curso dessa forma de especulação do capital financeiro global incursiona, conforme preconiza Vandana Shiva⁷, assim:

Depois da crise americana do subprime e a quebra de Wall Street, investidores fugiram para o mercado de commodities, especialmente petróleo e commodities agrícolas. Enquanto a produção real não aumentou entre 2005-2007, a especulação em commodities cresceu 160%. Especulação esta

⁵ Disponível em www.cepea.esalq.usp.br.

⁶ Entrevista disponível em www.revistacananaveiros.com.br/conteudo/bndes-otimista-com-o-agronegocio.

⁷ Artigo da Carta Maior, (25/09/2012) com o título de “A comida no Cassino Global”, Artigo disponível em www.cartamaior.com.br.

que aumentou preços, que por sua vez somaram mais 100 milhões de pessoas ao grupo da fome.

Commodities agrícolas são agora “ativos financeiros” e atraí a atenção cada vez maior de especuladores, o que resulta num movimento capaz de impactar sobre as cotações de *dos produtos agrícolas*. A crescente cojunção entre o mercado de *commodities* e o capital financeiro tem sido um fator que contribui para elevação dos preços agrícolas. Quando a ciranda financeira das commodities dirige os preços dos alimentos, os investidores ricos só fazem enriquecer ainda mais, e os pobres passam fome.

Em termos de disponibilidade produtiva a Tabela I mostra as posições do país no mercado mundial, tanto na condição de produtor como de exportador de commodities, e ainda, aponta o porcentual da produção exportada e, conseqüentemente, pode-se intuir o que é absorvido desta produção pelo mercado interno do país.

Tabela1: Posição do Brasil no mercado mundial

Principais Produtos	Produtor	Exportador	ProduçãoExportada %
Açúcar	1º	1º	66,6
Café	1º	1º	58,9
Suco de Laranja	1º	1º	84,0
Soja em grão	2º	1º	52,7
Carne Bovina	2º	2º	14,9
Carne de Frango	3º	1º	25,5
Óleo de soja	4º	2º	23,5
Farelo de Soja	4º	2º	52,1
Milho	4º	4º	13,9
Carne Suína	4º	4º	17,3

Fonte: Dados do MAPA/SRI

Nesta tabela fica claro que o Brasil se destaca como maior produtor de açúcar, café e suco de laranja, sendo deles também o principal exportador, bem como, de soja em grãos e de carne de frango. No caso do milho, da carne bovina e suína menos de 20% da produção é exportada, seguido pelo óleo de soja e carne frango com menos de 30% para o mercado externo, enquanto, quase a totalidade da produção de suco de laranja é exportada.

Por outro lado, o país absorve em seu mercado interno em média 42% de tudo que produz na agricultura exportadora. Tal amplitude porcentual demarca e ressalta o papel do mercado interno na renda do agronegócio.

Entende-se que ocorre uma dupla tensão sobre a produção nacional: o crescimento do mercado externo e a demanda por alimento.

A produção de grãos se concentra na soja (45%) e no milho (38%), representando 83% na safra passada de grãos. A expansão da área ocupada com essas duas lavouras foi de 2,8 milhões de ha, entre as safras 2005/06 e 2011/12, suplantando com folga a expansão das áreas destinadas à produção das demais *commodities*. Os outros grãos, principalmente arroz e feijão, base da nossa alimentação, tiveram redução de área passando de 12 milhões de ha para 11 milhões ha no mesmo período. Nas lavouras de feijão e arroz houve inflexão, passando no período de 12% para 9% da produção total de grãos. Deve-se salientar que a lavoura de cana de açúcar ampliou sua área em 30%, ocupando 8 milhões ha na safra 2011/12, isto correspondeu a 16% da área de grãos.

A produção brasileira de grãos entre as safras 2005/2006 e 2010/2011, aumentou 33% a produção, saindo de 122,5 milhões de toneladas para 163 milhões de toneladas. Nesse período, a área plantada cresceu 4,3%, enquanto a produtividade média aumentou de 2,6 toneladas por hectare para 3,3 toneladas (+27,5%).

Tal situação produtiva e de produtividade não refletiu na tendência de alta dos preços, que mantiveram no período uma tendência de alta, proporcionando um incremento de 43,6% do valor bruto de produção, cujo valor passou de R\$ 144,3 bilhões para 207,5 bilhões.

Quanto aos preços dos alimentos ao consumidor fecharam o ano de 2012 com níveis muito acima do resto dos produtos de consumo no país. De fato, a inflação de alimentos do Brasil foi 70% mais alta que a inflação geral, no encerramento do ano.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA de janeiro de 2011 mostrou que os preços dos alimentos continuaram subindo e atingiram 1,99%, superando o resultado de 1,03% de dezembro. Constituiu-se na maior alta de grupo, detendo 0,48 pontos percentuais do índice. Dessa forma, o grupo de Alimentação e Bebidas respondeu por 56% do IPCA⁸.

Portanto, a dinâmica dos preços não é somente uma questão de especulação, mas também alimentar. Isto posto, resgata-se alguns temas recorrentes da situação alimentar rural, dado os seus reflexos na questão agrária.

A Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF 2008/09 (IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) mostra que a quantidade de alimentos consumidos era habitualmente ou eventualmente insuficiente para 35,5% dos entrevistados ou um

⁸ Dados disponíveis em <http://www.ibge.gov.br>.

terço dos brasileiros. No ambiente rural essa percepção sobe para 45,6%, e nas áreas urbanas esse percentual registra 33,6%.

No padrão rural de distribuição de renda domiciliar per capita, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD/2011⁹ apresentou o seguinte: 55,5% dos domicílios rurais obtiveram renda até dois salários mínimos, sendo que, para 38,8% foi de até um salário mínimo. Grosso modo, pode-se observar que a maioria dos estabelecimentos rurais encontra-se num extrato de renda familiar até 2 SM, cerca de 13 milhões de domicílios, onde inclui grande parte da população rural, inclusive da agricultura familiar, se situam em economia de subsistência (onde a renda dos trabalhadores está aquém as suas necessidades de sobrevivência e/ou pequenos produtores familiares reconhecidos pelo fato de não gerar excedente, ou fazê-lo em proporções reduzidas).

Na PNAD/2011, entre a distribuição das pessoas ocupadas 15,8% estava na atividade agrícola. Das pessoas ocupadas eram 28,4% empregados, 29,6% por conta própria, 25,6% trabalhadores na produção para próprio consumo e 14% não remunerados. O rendimento mensal médio foi de R\$ 452,00¹⁰ (menos que um salário mínimo vigente).

O cenário agrário atual se configura numa agricultura moderna e industrial convivendo com um setor não conjugado ao moderno (trabalhadores rurais sem terra, posseiros, quilombolas, índios, etc), resultantes da imutável questão agrária (desde período colonial): concentração de riqueza (terra); desemprego ou não trabalho.

Essas condições adversas foram (e ainda são) fatores de exclusão social, o êxodo rural de trabalhadores e produtores em economia familiar, constituindo o cerne da Questão Agrária pretérita e atual, conforme assertiva de Rangel (2000, pag. 144/145):

Um descompasso entre os dois processos – de liberação de mão de obra pelo complexo rural ou autarcia familiar e de integração dessa mão de obra no quadro da economia social (de mercado ou socialista) – é precisamente o traço dominante do fenômeno estudado como crise agrária.

O êxodo crescente de grandes contingentes de trabalhadores e habitantes rurais e as suas deletérias consequências são conhecidas por todos, e estão a amalgamar nas periferias urbanas numa complexa teia de ausências e exclusões socioeconômicas.

⁹ Disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br>.

¹⁰ Salário Mínimo de 2011, Lei nº 12.382/2011, R\$ 545,00.

A estrutura fundiária permanece com a distribuição desigual da terra, com alto grau de concentração fundiária presente no território nacional, onde configura um Índice de Gini/2012 de 0,843¹¹.

Entre os anos de 1975 a 2006 o grau de concentração fundiária no território brasileiro permaneceu praticamente inalterado; o índice de Gini, para desigualdade de terra, registrado para 2006 foi de 0,856; não muito diferente do mesmo índice para os anos 1995, 1985 e 1975 que foram, respectivamente, 0,857; 0,858 e 0,855 (Hoffmann et al., 2010).

O Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) registrou em abril/2012 que havia 605,4 milhões de ha em poder de 5,4 milhões de imóveis, distribuídos conforme a Tabela 1. Ao observar atentamente os dados destacam-se dois extremos: os imóveis com menos de 10 ha que são 34,1% do total ocupando somente 1,5% da área total, ocupando em média de 4,7 ha, enquanto, os com mais 100.000 ha (menos de 1%) ocupando 13% da área total, com área média de 379.204,39 ha.

Segundo o SCN ainda, os imóveis de proprietários são 3,8 milhões ocupando 464,3 milhões de ha, enquanto, os de posseiros são 1,6 milhões ocupando 136,1 milhões de ha, os restantes estão com situações jurídicas não informadas. Os proprietários com imóveis com menos de 100 ha (84,6%) ocupam 16,2% da área total de propriedades, enquanto, os com mais de 1000 (2%) detém 52,3%. Os imóveis com posse com menos de 100 ha (90,0%) ocupam 21,6% da área total de posse, enquanto, os com mais de 1000 ha (1,1%) tem em poder 53,4% .

Tabela 1. Estrutura Fundiária Brasil 2012

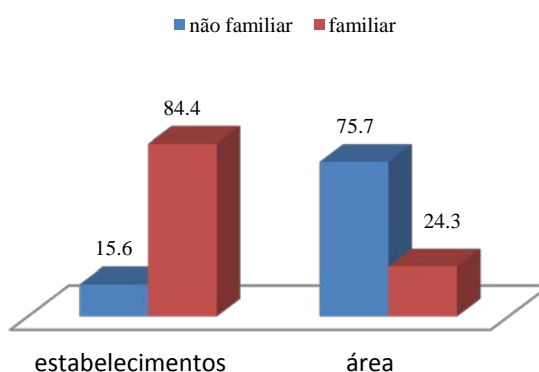
Estrato de Área (ha)	Imóveis		Área		Área Média (ha)
	número	%	número	%	
Menos de 10	1.874.969	34,10	8.834.571,15	1,46	4,7
10 a 100	2.863.773	52,08	95.186.129,26	15,72	33,2
100 a 1000	678.462	12,34	181.757.801,33	30,02	267,9
1000 a 10000	79.228	1,44	194.821.102,90	32,18	2.459,0
10000 a 100000	1.878	0,03	43.467.154,54	7,18	23.145,4
Mais de 100000	225	0,004	81.320.986,88	13,43	361.426,6
TOTAL	5.498.535		605.387.746,06		110,1

Fonte: INCRA. Sistema Nacional de Cadastro Rural

¹¹ Calculado pelos autores, a partir da base de dados do SNCR (Sistema Nacional de Cadastro Rural) do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Fórmula utilizada para cálculo de IG = $1 - (Y_{i+1} + Y_i) (X_{i+1} - X_i)$, Apud Hoffmann (1967).

O censo agropecuário de 2006 apontou que dos 5,17 milhões de estabelecimentos existentes, 84,4 % (4,36 milhões) eram da agricultura familiar. Este contingente de produtores ocupava uma área de 80,25 milhões de hectares, que representava 24,3% da área ocupada pelos empreendimentos agropecuários. Por conseguinte, os estabelecimentos não familiares apesar de representarem somente 15,6% dos estabelecimentos ocupavam 75,7% da área (gráfico 1). A agricultura familiar ocupava somente um quarto, enquanto, a patronal três quartos da área total dos estabelecimentos, confirmando que o predomínio fundiário da economia patronal contrasta com predomínio demográfico da economia familiar. Apesar da defasagem temporal dos dados do Censo Agropecuário de 2006, esse quadro fundiário rural permanece atual.

Gráfico 1-Ocupação das terras rurais, segundo a condição do produtor, 2006 (%)



Fonte: IBGE – Censo Agropecuário, 2006.

Esse contorno da estrutura fundiária, segundo o Censo Demográfico de 2010, abriga em torno de 16 % do total de habitantes do país (190756 mil), essa proporção se diferencia por região, nas regiões nordeste e norte essa proporção é maior, 26,47% e 26,87%, respectivamente. Na região mais urbanizada (sudeste) apenas 7,05% reside na zona rural. Paradoxalmente, é no sudeste que se encontra a segunda maior concentração de população rural, 19%, só perde para região nordeste que concentra 47,8%.

Essa realidade agrária acontece porque houve (e há) um pacto agrário. A terra concentrada por força dos interesses da oligarquia rural articulada com os do capital, convertendo o Estado num verdadeiro lócus de conciliação dos interesses convergentes e divergentes das classes possuidoras e dirigentes do país, e tudo mais, principalmente, as inquietações e implicações sociais, fundiárias e ambientais ficam a margem (Silva, 2012).

A professora Maria da Conceição Tavares (2000, pag. 137) enuncia esse pacto de dominação ao incursionar sobre as raízes do subdesenvolvimento (dicotomia atraso/modernização) e ao reavaliar o que retardou a construção de uma nação democrática em nosso país:

(...) a nossa peculiar “revolução burguesa”, começada há pelo menos 150 anos, em vez de permitir a passagem a uma “ordem competitiva”, manteve um pacto de dominação social férreo entre os donos da terra, o Estado e os donos do dinheiro, que se caracterizou, do ponto de vista político, por uma oscilação permanente entre uma ordem liberal oligárquica e um Estado interventor autoritário.

Ainda de acordo com Conceição Tavares a permanência deste pacto de dominação envolve três ordens de fatores estruturais: apropriação privada e a concentração da terra; relações patrimonialistas entre as oligarquias regionais e o poder central por intermédio de sua representação política; e o caráter dependente ou associado da burguesia nacional com capitalismo financeiro internacional. Portanto, a ocupação mercantil e o domínio político do território tornam os “donos da terra” indispensáveis ao pacto de dominação. Sobre esse caráter oligárquico rural a professora argumenta (idem, pag. 139):

O caráter oligárquico fundamental do pacto de dominação burguesa não foi alterado pelas crises sucessivas, mudando apenas a hegemonia política das oligarquias regionais e o peso relativo das frações de classe dominante, mas preservando – em qualquer tipo de regime de governo – as relações de domínio fortemente autoritário e politicamente excludente das classes subordinadas. Nossas modernizações conservadoras tampouco suprimiram o caráter rentista e patrimonialista de nossas oligarquias no processo de acumulação de capital e poder. Este caráter, embora modificado, mantém-se tanto na dinâmica da expansão mercantil-agrária como no processo de acumulação urbano-industrial, marcando como característica fundamental os empreendimentos do nosso patronato nacional.

Diante dos argumentos de Tavares, é possível ressaltar que na última década a o modelo de acumulação de capital da tríade do pacto agrário se fortaleceu. Por um lado, no mercado externo com a expansão das commodities, e por outro, no mercado interno com uso privado dos recursos terra, consequentemente, apropriação da renda terra decorrente da alta dos preços agrícolas e dos preços de terra e da retomada virtuosa do crédito rural.

A tabela 2 mostra a inflexão simultânea do preço de terra e do crédito. Mostra que no período houve um incremento significativo no preço de terras, de cinco a sete vezes para todos os tipos de terra. Essa tendência de alta dos preços de terra foi unânime em todos os Estados. A política fundiária recente também vem estimulando o mercado de terras, com a discriminação e titulação de terras públicas; certificação de imóveis “*on line*”, entre outras.

Tabela 2. Expansão do Crédito rural e do preço de terras, 2000/12

Período	Crédito Rural	Terra		
		Cultura	Campo	Pastagens
2000	100	100	100	100
2001	118	100	133	125
2002	130	100	133	200
2003	147	150	200	250
2004	174	200	333	325
2005	171	300	500	500
2006	175	300	500	500
2007	195	300	667	500
2008	226	300	667	628
2009	253	300	677	625
2010	261	300	667	625
2011	276	400	667	750
2012		500	1000	750

Fonte: Anuário Estatístico do Crédito Rural – Banco Central do Brasil¹², e e Valor da Terra Nua – Instituto de Economia Agrícola, SAA/SP¹³.

Esta tabela também aponta a tendência de crescimento dos recursos do crédito rural, 176%. O crédito rural veio associado a uma série de políticas públicas de fomento e apoio como o seguro rural; instrumentos de apoio a comercialização como aquisição do governo Federal (AGF) e política de garantia de preços mínimos (PGPM); financiamentos de garantia de preços aos produtos, como empréstimos do governo federal (EGF); entre outras. Os recursos disponibilizados para

¹² Disponível em <http://www.bcb.gov.br>.

¹³ Disponível em <http://ciagri.iea.sp.gov.br>.

incremento creditício foram: do tesouro nacional; os recursos obrigatórios; da poupança rural; os recursos livres; dos fundos constitucionais; do fundo de amparo ao trabalhador (FAT); do fundo de *commodities*; banco da terra; governos estaduais; FUNCAFÉ; recursos externos – 63 rural. Esta sistemática financeira se complementa com as equalizações (diferença da taxa Selic e as taxas subvencionadas do SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural), realizados com recursos do tesouro.

Segundo Delgado (2010) a repartição do excedente, no plano interno, na fase expansiva da demanda externa por commodities, se caracteriza basicamente como modelo de rendas de monopólio. Estas refletem, primeiramente, a propriedade da terra e a forma concentrada de sua distribuição; em segundo lugar, sua localização e a qualidade intrínseca dos recursos naturais explorado; em terceiro lugar, o acesso a fundos públicos subvencionados, propiciadas pelas vantagens conferidas a emissão da dívida agrícola, sob-respaldo de hipotecas, e finalmente as patentes tecnológicas envolvidas na difusão do pacote tecnológico.

Assim, ajuste externo da economia nacional torna viável um peculiar projeto de acumulação de capital, para o qual é essencial a captura da renda da terra, juntamente, com a lucratividade do conjunto dos capitais consorciados no agronegócio (Idem, 2010).

Em síntese o modelo de inserção externa primário-exportador de commodities agrícolas apropriou-se da renda terra e da produtividade do ambiente rural, aportando um desenvolvimento subordinado e associado, se mantendo dentro dos marcos da dependência e do subdesenvolvimento. E o governo ao incentivar esse processo de especulação externa pelo agronegócio em sua política econômica desconsidera a concentrada distribuição da estrutura fundiária vigente e, conseqüentemente, o uso privado da terra, cujo agronegócio captura a renda da terra (mercado de terras com preços elevados); modela a extração do excedente econômico através dos ativos financeiros, creditícios e hipotecários.

Comentários Finais

A política pública de fomento voltada preferencialmente ao agronegócio em tem destinado a parte mais substantiva do crédito e financiamento além dos melhores esforços da pesquisa e desenvolvimento, ao segmento que, voltado à exportação,

contribui decisivamente com os resultados do PIB brasileiro compensando as consequências do estiolamento do setor industrial. Dentre as consequências dessa opção, a mais preocupante segue sendo o risco que o desestímulo à produção de alimentos relacionados com a cultura gastronômica e história alimentar brasileiras poderá representar para a soberania alimentar.

A concentração fundiária, as novas formas de controle e usos do território rural pelos agentes envolvidos com a produção de *commodities* têm liberado segmentos importantes da população antes envolvida com a produção diversificada daquilo que genericamente tratamos no cotidiano, por comida¹⁴. Os efeitos desse movimento começam ser identificados quer seja pela presença cada vez mais relevante de produtos elaborados, processados, congelados e que têm na suas bases um estreito conjunto de espécies com franco domínio daquelas que compõe a pauta de exportação, quer seja pelos efeitos que essa transição alimentar exerce sobre os agravos de saúde.

Portanto, o governo ao imprimir e manter uma políticas de estímulo e apoio à expansão das “*commodities*” com forte patrocínio do capital financeiro, promove um arranjo resignado, mas, consciente, do deslocamento da acumulação de capital para setores com o controle da terra e portadores da renda fundiária. Assim, sob essas diretrizes que reforçam a (re)primarização da nossa economia como estratégia de desenvolvimento, o governo brasileiro não só mantém intocadas as contradições que conformam a nossa questão agrária como, também, avança em direção contrária ao seu discurso de emular o desenvolvimento autônomo e socialmente referenciado do país, garantir a consecução dos direitos sociais em especial do Direito Humano à Alimentação sustentado por condições de segurança alimentar que contemplem a justiça no campo e a soberania alimentar. Mais uma vez, a atitude que permite superar a distância entre as intenções e os gestos sucumbe ao discurso.

BIBLIOGRAFIA

1. Delgado, G. O Setor de Subsistência na Economia Brasileira: gênese histórica e formas de reprodução. Texto para Discussão IPEA, junho de 2004.
2. Delgado, G. Especialização primária como limite ao desenvolvimento. Revista Desenvolvimento em Debate, nº 2, vol. 1. Rio de Janeiro, 2010.

¹⁴ A expressão produção de comida aqui é empregada como forma de estabelecer uma diferença com a ideia genérica de alimentos associada às commodities de exportação que na realidade são mercadorias empregadas na composição direta e indireta de produtos alimentares. A noção de comida, portanto, assume aqui o significado da diversidade de produtos que historicamente compõem a dieta brasileira.

3. Delgado, G. Reforço da inserção primário-exportadora é a resposta do Brasil à crise financeira. Correio da Cidadania, 2012. Disponível em <http://www.correiocidadania.com.br>.
4. Delgado, G. O sentido da política econômica que dirige o Governo Dilma. Correio da Cidadania, 2013. Disponível em <http://www.correiocidadania.com.br>.
5. Furtado, C. O subdesenvolvimento revisitado. Revista Economia e Sociedade, nº1. Campinas/SP: IE-UNICAMP, 1992.
6. Hoffmann, R. Contribuição à análise da distribuição da renda e da posse da terra no Brasil. Piracicaba/SP, ESALQ, 1967 (Dissertação de Mestrado).
7. Hoffmann, R et al. Estrutura fundiária e a propriedade agrícola no Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Brasília: MDA, 2010.
8. Marini, RM. Dialética da Dependência. In Traspadini, R et al . Ruy Mauro Marini, vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
9. Prado Jr, C. História econômica do Brasil. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1976.
10. Rangel, IM. Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil. Org. Graziano, J. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2000.
11. Silva, RP. Um breve arrazoado do pacto agrário brasileiro. Retratos de Assentamentos, nº 14, vol. 02. Araraquara/SP, 20, 2011.
12. Santos, M. O espaço do cidadão. São Paulo (SP): Edusp, 2007.
13. Tavares, MC. Destruição não criadora: memórias de um mandato popular contra a recessão, o desemprego e a globalização subordinada. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 1999.
14. Tavares, MC. Subdesenvolvimento, dominação e luta de classes. In Tavares, MC (Org.) Celso Furtado e o Brasil. São Paulo/Fundação Perseu Abramo, 2000.